



CLIPPING INTERNET
06/04/2022 ATÉ 06/04/2022



INDÍCE

1	AÇÕES TJMA	
1.1	SITE O MARANHENSE.....	1
2	CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	
2.1	BLOG GENIVALDO ABREU.....	2
2.2	BLOG O CUBO.....	3
2.3	SITE IMIRANTE.COM.....	4
3	COORDENADORIA DE PRECATÓRIO	
3.1	BLOG MARDEN RAMALHO.....	5
4	EVENTOS	
4.1	BLOG DO EDUARDO REGO.....	6
5	OBRAS / REFORMAS	
5.1	SITE O PROGRESSO.....	7

Com a presença do governador Carlos Brandão, defensor-geral inaugura nova sede e empossa mais de 20 defensores públicos

No mês em que a Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE/MA) completa 21 anos, a instituição realizou, nesta terça-feira (5), a entrega da 1ª fase do novo edifício-sede e a posse de 20 novos defensores públicos. A concorrida solenidade aconteceu no novo endereço, no bairro Renascença II, e foi conduzida pelo defensor-geral Alberto Bastos. O evento reuniu autoridades dos três Poderes, dentre eles o governador Carlos Brandão e o procurador-geral de Justiça do Maranhão, Eduardo Nicolau.

Situado nas proximidades da Escola Reino Infantil, o edifício que anteriormente abrigou o Centro Administrativo da Caixa, foi adquirido em dezembro de 2020 e está passando por uma grande reforma e ampliação. Apenas o térreo e o 3º andar já estão em funcionamento no edifício-sede. A mudança ocorrerá de forma gradual. Ainda permanecerão na sede antiga, no Centro Histórico de São Luís, as áreas de 1º e 2º atendimento, incluindo os núcleos especializados de atuação da Defensoria estadual, com previsão de mudança para o final de abril, em data ainda a ser divulgada.

Para o defensor-geral, a entrega da nova sede e o reforço nos quadros da instituição coroam a fase de maior crescimento na história da instituição. De 2019 e 2022, a gestão atual já inaugurou 23 econúcleos, e até o final deste semestre, entregará outras cinco unidades.

“Nos últimos quatro anos, superamos dificuldades com a pandemia e dentro de um contexto financeiro desfavorável, mas com o apoio de Flávio Dino, do governador Carlos Brandão e do Legislativo maranhense, transformamos a realidade da nossa Defensoria, que hoje já está presente em 59 comarcas e 131 municípios, considerando os termos judiciários. Por tudo isso, o dia é de festa. Estamos de casa nova e ainda recebendo novos defensores públicos para potencializar o nosso alcance em favor dos que mais precisam”, destacou Alberto Bastos.

A Administração Superior da DPE/MA também esteve representada pelo subdefensor-geral Gabriel Furtado, pelo corregedor-geral da DPE/MA, Idevalter Nunes, e prestigiada ainda pela diretora da Escola Superior, a defensora pública Elaine Barros. A solenidade contou com a participação de deputados, secretários estaduais, juízes, defensores públicos, servidores da DPE/MA, representantes de movimento social e familiares dos 20 empossados.

O governador Carlos Brandão ressaltou que a grandiosidade da nova sede reflete o atual momento da instituição, assim como o reforço na atuação decorrente da posse dos novos defensores públicos.

“É visível o crescimento da Defensoria Pública nos últimos anos. E aqui é necessário fazer o reconhecimento ao empenho e competência do doutor Alberto Bastos, mostrando que com vontade e determinação é possível chegar mais longe. Ele sabe convencer e tem bons argumentos. E, por essa razão, o governo estadual apoiou as ações dessa instituição, entendendo que um estado com uma Defensoria forte, o povo é quem ganha. Como vice-governador e chefe da Casa Civil, eu já me debrucei para que a DPE crescesse. Então, vocês podem continuar contando comigo agora como governador”, declarou o chefe do Poder Executivo, que recebeu placa de homenagem e agradecimento pelo apoio ao fortalecimento do acesso à Justiça no estado.

A solenidade também foi marcada pela leitura de um cordel feita pela assistida da Defensoria Goreth Pereira, com base na própria experiência com a instituição. Outro ponto alto do evento foi a homenagem prestada por

representantes do movimento social ao defensor-geral Alberto Bastos e ao subdefensor Gabriel. Eles foram presenteados com quadros de fotos retratando momentos dos gestores na comunidade.

Posse - Com a posse dos 20 novos defensores públicos na carreira inicial, a Defensoria maranhense passa a contar agora com 217 membros. Os atuais cargos foram criados pela Lei nº 11.613, aprovada no dia 06 de dezembro de 2021, e que prevê ainda outras cinco vagas para defensores públicos da 4ª classe.

Representando todos os membros da 1ª classe empossados, a defensora pública Beatriz Oliveira Fazzi proferiu o discurso, ressaltando o compromisso dos novos colegas com a população hipossuficiente do estado.

“É o compromisso de levar acesso à justiça à população vulnerável na defesa de direitos humanos coletivos e individuais. É um trabalho de grande responsabilidade. Ser defensora ou defensor público é coisa séria. Lidamos com a liberdade, a vida, a saúde, a moradia das pessoas. Temos o dever de garantir exercício efetivo da ampla defesa e do contraditório”, assinalou a defensora pública, cuja fala sucedeu ao juramento feito pela empossada Isabela Carminati Seixas.

Ao final da solenidade, antes do descerramento da placa do edifício-sede, Carlos Brandão assinou, ainda, a sanção da Lei que altera o artigo 4º da Lei nº 9.503, de 21 de novembro de 2011. Segundo o dispositivo, o defensor público que, cumulativamente às funções de seu cargo, exercer a substituição plena das atribuições de outra vaga na carreira, terá a título indenizatório, acrescida à sua remuneração a fração de um quarto.

O edifício-sede - Com pouco mais de 2 mil metros quadrados, o casarão nº 421 da Rua da Estrela, no Centro Histórico de São Luís, que abrigou a sede da instituição por 16 anos, já não comportava mais as necessidades de defensores públicos, servidores e demais colaboradores, bem como de assistidos, diante do atual contexto de crescimento da instituição. Após a conclusão das obras, o novo edifício-sede, mais amplo e moderno, contará com cerca de 12 mil metros quadrados.

O projeto da sede do Renascença II tem vários destaques, dentre eles, a instalação de usina de geração de energia solar com 417 painéis, o revestimento da fachada todo em ACM, material mais elegante e moderno, a utilização de piso elevado para facilitar futuras manutenções elétricas e de rede lógica, bem como a utilização de placas de gesso mineral no forro, que além de conferir um visual mais moderno, é antichamas. A nova sede possibilitará reunir todas as unidades da DPE na capital em um só lugar, reduzindo assim custos com aluguel de imóveis.

No dispositivo de honra da solenidade de inauguração e posse, ainda estiveram presentes o presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Washington Oliveira, o juiz Douglas de Melo, representando o Judiciário, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Kaio Saraiva, o presidente da Federação das Indústrias do Maranhão (Fiema), Edilson Baldez, o deputado Roberto Costa, representando o Poder Legislativo, o presidente da Associação das Defensoras e Defensores Públicos do Maranhão (Adpema), Cristiano Matos de Santana, a ouvidora-geral da DPE/MA, Fabíola Diniz, e a cordelista Goreth Pereira, que foi convidada a compor o dispositivo após sua apresentação. As informações são da DPE/MA.

Equatorial Maranhão participa do Mutirão de Conciliação

A distribuidora está em parceria com TJMA para negociações com o cliente

Em parceria com o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), A Equatorial Maranhão participa do Mutirão de Conciliação, que oferece condições exclusivas para a renegociação de dívidas. A distribuidora contará com um stand, das 8h às 17h, durante toda esta semana, até o dia 8 de abril, no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, para negociações com clientes da classe residencial que estão em débitos com a companhia. Para participar, basta comparecer com RG, CPF e comprovante de residência.

A líder jurídica da Equatorial Maranhão, Amanda Castro, pontua: "A Equatorial Maranhão traz mais uma oportunidade de negociar os débitos de clientes residenciais. São condições especiais para que todos possam ficar em dia e continuar usufruindo do fornecimento de energia. Essa campanha em parceria com o Tribunal de Justiça do Maranhão tem como objetivo resolver de forma rápida e eficiente os problemas dos consumidores maranhenses".

Além do Mutirão de Conciliação, a Equatorial Maranhão oferece a possibilidade para os clientes parcelarem seus débitos ou realizarem o pagamento de suas faturas com cartão de crédito através do site www.equatorialenergia.com.br. O titular da conta também pode buscar um dos pontos de atendimento presencial da Equatorial Maranhão para realizar sua negociação, ou ainda através da Central 116 e a Central de negociações da Equatorial através do número 0800 098 2997.

TJMA implanta Sistema PJe na Coordenadoria de Precatórios

O Tribunal de Justiça do Maranhão disciplinou, por meio da Portaria-GP - 2292022, o uso do Sistema de Processo Judicial eletrônico (PJe) na Coordenadoria de Precatórios. O anúncio foi feito pelo presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, antes da apreciação dos processos da sessão plenária administrativa desta quarta-feira (6).

A portaria determinou que o protocolo, registro, autuação, tramitação e comunicações nos processos que tramitam na Coordenadoria de Precatórios, bem como a prática dos atos processuais e respectiva representação por meio eletrônico, serão feitas exclusivamente pelo Sistema PJe, a partir de 4 de abril de 2022, para a(s) classe(s) judicial(is) e respectivos assuntos que atendam aos requisitos da taxionomia instituída pela Resolução nº 46, de 18 de dezembro de 2007-CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

A medida faz parte do projeto de modernização e digitalização do Judiciário estadual e permitirá o trâmite mais célere de processos de pagamento de precatórios, com todo o procedimento de envio e tratamento sendo feito de forma eletrônica.

CONSIDERAÇÕES

Ao assinar a portaria que dispõe sobre a ampliação da implantação e utilização do Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Estado do Maranhão (PJe-TJMA) para a Coordenadoria de Precatórios, o presidente do TJMA considerou o que dispõe a Lei Federal nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006, que disciplina o uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais.

Também considerou a Resolução nº 52, de 22 de outubro de 2013, que instituiu o Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça do Estado como serviço informatizado de constituição, representação eletrônica, processamentos de informações, prática de atos processuais, gestão e tramitação de processos jurisdicionais e administrativos no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Maranhão e estabeleceu os parâmetros para sua implementação e funcionamento.

Por fim, considerou a utilização do Sistema PJE do Judiciário estadual, iniciada com a implantação no Juizado Especial da Fazenda Pública, em 22 de outubro de 2013, e o interesse da Administração do Tribunal em promover, com celeridade e segurança, a máxima efetivação do uso do PJe.

Fonte: Agência TJMA de Notícias

EQUATORIAL MARANHÃO PARTICIPA DO MUTIRÃO DE CONCILIAÇÃO

A distribuidora está em parceria com TJMA para negociações com o cliente

Em parceria com o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), A Equatorial Maranhão participa do Mutirão de Conciliação, que oferece condições exclusivas para a renegociação de dívidas. A distribuidora contará com um stand, das 8h às 17h, durante toda esta semana, até o dia 8 de abril, no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, para negociações com clientes da classe residencial que estão em débitos com a companhia. Para participar, basta comparecer com RG, CPF e comprovante de residência.

A líder jurídica da Equatorial Maranhão, Amanda Castro, pontua: “A Equatorial Maranhão traz mais uma oportunidade de negociar os débitos de clientes residenciais. São condições especiais para que todos possam ficar em dia e continuar usufruindo do fornecimento de energia. Essa campanha em parceria com o Tribunal de Justiça do Maranhão tem como objetivo resolver de forma rápida e eficiente os problemas dos consumidores maranhenses”.

Além do Mutirão de Conciliação, a Equatorial Maranhão oferece a possibilidade para os clientes parcelarem seus débitos ou realizarem o pagamento de suas faturas com cartão de crédito através do site www.equatorialenergia.com.br. O titular da conta também pode buscar um dos pontos de atendimento presencial da Equatorial Maranhão para realizar sua negociação, ou ainda através da Central 116 e a Central de negociações da Equatorial através do número 0800 098 2997.

Equatorial Maranhão participa do Mutirão de Conciliação

A distribuidora conta com um stand, das 8h às 17h, até o dia 8 de abril, no Fórum Desembargador Sarney Costa.

SÃO LUÍS - Em parceria com o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), a Equatorial Maranhão participa do Mutirão de Conciliação, que oferece condições exclusivas para a renegociação de dívidas.

A distribuidora conta com um stand, das 8h às 17h, até o dia 8 de abril, no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, para negociações com clientes da classe residencial que estão em débitos com a companhia. Para participar, basta comparecer com RG, CPF e comprovante de residência.

A líder jurídica da Equatorial Maranhão, Amanda Castro, pontua que a concessionária traz mais uma oportunidade de negociar os débitos de clientes residenciais. “São condições especiais para que todos possam ficar em dia e continuar usufruindo do fornecimento de energia. Essa campanha em parceria com o Tribunal de Justiça do Maranhão tem como objetivo resolver de forma rápida e eficiente os problemas dos consumidores maranhenses”, afirma.

Além do Mutirão de Conciliação, a Equatorial Maranhão oferece a possibilidade para os clientes parcelarem seus débitos ou realizarem o pagamento de suas faturas com cartão de crédito através do site www.equatorialenergia.com.br. O titular da conta também pode buscar um dos pontos de atendimento presencial da Equatorial Maranhão para realizar sua negociação, ou ainda através da Central 116 e a Central de negociações da Equatorial através do número 0800 098 2997.

Cooperação disponibiliza vagas em cursos para público LGBTQIA+

6 de abril de 2022 omaranhense

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival Serejo, e o presidente do Conselho Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), José Ahirton Lopes, assinaram, na manhã desta terça-feira (5), no Gabinete da Presidência, o Termo de Cooperação Técnica que objetiva a disponibilização gratuita de vagas em cursos profissionalizantes ofertados pelo Senac para a população LGBTQIA+.

Os cursos serão oferecidos nas Unidades Operativas de São Luís, Imperatriz, Bacabal, Caxias e Santa Inês e de outras unidades do Senac instaladas no Estado do Maranhão, incluindo o Senac Móvel.

A comunidade LGBTQIA+ está inserida no público-alvo da Política de Diversidade do Judiciário maranhense, conforme Resolução 47/2020 que instituiu o Comitê de Diversidade do TJMA, que tem como um dos eixos de atuação o combate a LGBTfobia.

No Termo, o Senac disponibilizará, de forma gratuita, duas vagas, por turma, nas referidas unidades, nas programações de cursos profissionalizantes de formação inicial e continuada na modalidade presencial, para a população LGBTQIA+.

Os cursos abrangem as demandas apresentadas pelo público LGBTQIA+, conforme pesquisa realizada pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular e Organizações Não Governamentais em 28 municípios maranhenses.

O Senac deverá encaminhar para o Comitê de Diversidade do TJMA, por ocasião do lançamento, as programações de cursos, inclusive pré-requisitos, quando necessários, para a inscrição e matrícula.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial vai fornecer o material didático, proceder às avaliações de rendimento dos alunos e, ao término dos cursos, expedir a certificação de conclusão.

“Devemos integrar o público LGBTQIA+, reservando vagas em todos os cursos do Senac e fazer o atendimento. Espero que a gente faça um bom trabalho porque temos uma estrutura muito boa e disponibilidade de fazer o serviço”, comentou o presidente do Conselho Regional do Senac, José Ahirton Lopes.

Ficará a cargo do Tribunal de Justiça do Maranhão, por meio do Comitê de Diversidade, encaminhar ofício com os dados dos participantes; realizar, com servidores do seu quadro funcional, o acompanhamento dos encaminhados aos cursos e de seu funcionamento, por meio de visitas e reuniões com o pessoal técnico do Senac/MA.

Segundo o coordenador do Comitê de Diversidade do TJMA, juiz Marco Adriano Ramos Fonseca, a assinatura do Termo de Cooperação Técnica é resultado de um diálogo do Comitê com os movimentos sociais representativos da comunidade LGBTQIA+.

“Dentro dessa dinâmica, a comunidade LGBTQIA+ fará a divulgação e coletará as pessoas interessadas, informará ao Comitê, que enviará essa lista ao Senac”, comentou o coordenador do Comitê.

A juíza da 1ª Vara da Comarca de Codó e coordenadora-adjunta do Comitê de Diversidade do TJMA, Elaile Silva Carvalho, achou muito positivo o Termo de Cooperação Técnica. “Vemos que o Judiciário está mudando, oferecendo esses cursos para esse público LGBTQIA+, que sofre bastante preconceito e discriminação. É uma forma de terem oportunidade de crescerem na vida, de terem trabalhos e serem qualificados”, concluiu a juíza.

A dirigente da Casa FloreSer, Lohanna Pausini, disse que 90% por cento de pessoas trans e travestis estão na prostituição por falta de uma qualificação profissional e afirmou que elas são expulsas muito cedo do ambiente escolar e não conseguem essa qualificação. “Qualquer iniciativa nesse sentido de qualificação, capacitação profissional e por sermos uma minoria, precisamos de cotas para fortalecer a categoria, para ingressar no mercado de trabalho”, comentou.

O coordenador do Coletivo Área T, Caio Mendonça de Jesus, disse que esse Termo de Cooperação Técnica é um marco, porque nossa população é bastante negligenciada com relação ao mercado de trabalho, e a capacitação é um passo importante para que a gente possa adentrar de forma menos difícil. “Garantindo essa qualificação, é importante para que a gente possa alçar novos caminhos e para que as portas possam se abrir”, finalizou.

Estiverem presentes, também, Carlos Wellington Martins, além do servidor Luciano Vilar e da servidora Joelma Nascimento (os dois últimos, integrantes do Comitê de Diversidade).

Tribunal de Justiça retomará obras do novo Fórum de Imperatriz

Da Redação

Agência TJMA de Notícias/Com informações do CNJ

Presidente do TJMA anunciou acordo mediado pelo NumeC/CNJ - Foto: Divulgação: Ribamar Pinheiro

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ MA), desembargador Lourival Serejo, anunciou em sessão plenária administrativa que o Poder Judiciário do Maranhão vai retomar as obras do prédio que abrigará o novo fórum da comarca de Imperatriz, após acordo firmado entre o TJMA e o Tribunal de Contas do Estado (TCE/MA) - que obteve aprovação unânime dos membros presentes à sessão.

O acordo foi mediado pelo Núcleo de Mediação e Conciliação do Conselho Nacional de Justiça (NumeC/CNJ), em audiência conduzida pela juíza auxiliar da Presidência do CNJ Trícia Navarro, com participação de representantes dos dois tribunais e da CGJMA.

O desembargador Lourival Serejo informou que o TJMA disponibilizará imediatamente posto de segurança no prédio, que estava sob a responsabilidade do Estado, para aguardar as providências para continuação das obras, que serão conduzidas pelo presidente eleito do TJMA para o biênio 2022-2024, desembargador Paulo Velten. “O Tribunal de Contas destravou o impedimento e entregou o prédio ao TJMA”, informou.

Na audiência de conciliação entre o TJMA e o TCE/MA, o conselheiro do Tribunal de Contas Melquizedeque Nava Neto concluiu que o problema foi provocado por um ruído de comunicação que precisava ser solucionado para que as obras do fórum pudessem ser retomadas. Satisfeito com o resultado do acordo, ele disse que o acerto confere maior segurança para a conclusão do investimento público.

“O empreendimento está parado sem gerar benefícios para a sociedade e hoje entendemos que houve um ruído e nos propusemos a dirimir isso. O acordo que firmamos materializa segurança jurídica para que os gestores possam finalizar a obra e que ela produza os efeitos sociais para os quais foi concebida.”

O juiz auxiliar da Presidência do TJMA Ângelo Santos, também valorizou o aspecto da segurança jurídica. Segundo ele, o acordo feito sob o guarda-chuva do NumeC/CNJ tem peso institucional que resguarda os gestores do órgão. “É uma obra de extremo interesse público que vai gerar melhor atendimento para os jurisdicionados e os demais atores do Sistema de Justiça. E agora, com esse acordo, os atuais e os futuros gestores do TJMA passam a ter melhor direcionamento e segurança legal para destravar a obra”, explica.

SOBRE O NUMEC/CNJ

O NumeC/CNJ foi criado pela Resolução CNJ Nº 406/2017 com a atribuição de facilitar o consenso em processos que tratam de conflitos internos envolvendo servidores ou setores administrativos, processos administrativos em tramitação no CNJ de qualquer natureza. Em todos os casos solucionados pelo núcleo, os acordos são homologados pelo plenário do CNJ.